

COVID-19 E O CASO DAS NOVÍSSIMAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: HÁ UMA POSSÍVEL RELAÇÃO DE APRENDIZAGEM À DEMOCRACIA E AO COMUM?

I. R. T. DO NASCIMENTO¹, C. L. DOS SANTOS²

Universidade Federal do Cariri^{1,2}

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3314-6618>¹

ives.tavares@ufca.edu.br¹

Submetido 20/11/2020 - Aceito 21/10/2021

DOI: 10.15628/holos.2022.11560

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo estabelecer uma possível relação de aprendizagem institucional e organizacional aos problemas ocasionados pela emergência sanitária de Covid-19, a partir da experiência brasileira de criação das chamadas novíssimas universidades federais. Nestas instituições, preponderou a participação e o engajamento para que pudessem ser formatadas a partir da lógica da educação regionalizada, como potencializadora de processos de desenvolvimento territorial. Essa relação teórico-reflexiva é construída a

partir das considerações de Tenório (2020) e Giannella (2020) sobre os efeitos sociais da Covid-19 no que diz respeito à questão social acrescida, no que toca a uma necessária repactuação democrática, e à redefinição do Comum num mundo pós-pandêmico, respectivamente. Ao final, este ensaio propõe que a experiência das novíssimas universidades federais pode ser uma importante instrumentalização para a concretização de respostas aos questionamentos trazidos para esta contribuição.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19, novíssimas universidades federais, questão social acrescida, comum, mundo pós-pandêmico.

COVID-19 AND THE CASE OF THE NEW FEDERAL UNIVERSITIES: IS THERE A POSSIBLE LEARNING RELATIONSHIP TO DEMOCRACY AND THE COMMON?

ABSTRACT

This essay aims to establish a possible relationship of institutional and organizational learning to the problems caused by Covid-19 and its health emergency, from the Brazilian experience of creation of its "brand-new" federal universities. In these institutions, social participation and engagement prevailed so that they could be formatted based on the logic of regionalized education, as a potentializer of territorial development processes. This theoretical-reflexive relationship is built

from the considerations of Tenório (2020) and Giannella (2020) on the social effects of Covid-19, with regard to the increased social area, regarding to a new and necessary democracy, and the redefinition of the Common in a post-pandemic world, respectively. In the end, this essay proposes that the experience of the brand-new federal universities can be an important instrument for multiple answers to the questions raised by this contribution.

KEYWORDS: Covid-19, brand-new federal universities, added social issue, common, post-pandemic world.



1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

A inspiração para este texto veio da obra de Peres (2020), que teve como objeto empírico os grupos de Hip Hop de Ceilândia/DF e que os aloca no seio do debate sobre políticas públicas e suas modernas – e possíveis – análises, interpretações, estéticas, metodologias e formatos. Dentre os principais achados da autora, revelou-se a potencialidade de se repensar a forma como um problema público é definido, localizando-se outros grupos de atores sociais (que não somente os pertencentes ao Estado) em sua participação em processos de política pública. É esta a proposta de Bouldosa (2013; 2019), que tece contribuições à *brasileira* (Peres, 2020) aos estudos críticos quando propõe uma visão “de trás para frente”, ou da popa à proa (nos termos náuticos de navegação), na análise de políticas públicas.

Portanto, uma “Mirada ao Revés” (Bouldosa, 2013; 2019) do processo que vai da problematização à resolução de um problema encarado como público, permite uma visão mais sensível, acurada, integradora e construtivista da ação pública. Numa nova lógica reverberam sentimentos, desejos, expectativas e, sobretudo, ações concretas de grupos sociais que tradicionalmente estão “do lado de fora” da política pública, quando vistos pela ótica tradicional. A contribuição de Peres (2020), por outro lado, assume nova posição de mirada, de análise e de compromisso com uma nova forma de se fazer uma pesquisa implicada (Bouldosa, 2019) com a necessidade de se reposicionar a discussão do que é problema público e atesta que seu objeto empírico, os grupos de Hip Hop, na verdade são forças catalizadoras da ativação de territórios plurais. Mais que isso: essas experiências são tão promotoras de desenvolvimento quanto qualquer outra iniciativa estatal.

De antemão, esse debate indica ser bastante pertinente. As consequências da emergência sanitária de Covid-19 em todo o mundo têm afetado toda a estrutura social humana, pois revelou a fraqueza dos seus alicerces fundados na lógica econômica e mercantil que favorece a competição e a acumulação predatória dos recursos, sejam materiais ou imateriais. A necessidade de se estar em quarentena e, conseqüentemente, afastando-se de muitas atividades produtivas, demonstrou a fragilidade social de países como o Brasil, em que o número de acometidos pela Covid-19 é maior entre as classes menos abastadas (Hartman, 2020) (Gagnani, 2020), reflexo também de políticas públicas que nunca conseguiram distribuir melhor a riqueza e tampouco diminuir a disparidade entre ricos e pobres.

E esse é o mote da criação de quatro universidades federais brasileiras conhecidas como “novíssimas”: a Universidade Federal do Cariri (UFCA) (no Ceará), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Instituídas entre os anos de 2011 e 2013 sob a égide de uma política pública nacional – o Reuni – que fez expandir e interiorizar o ensino superior público dentro de uma lógica particular de desenvolvimento territorial: a educação contextualizada. No seio da pesquisa acerca da criação dessas instituições universitárias, desponta um forte argumento utilizado como justificativa que repousou na necessidade de se promover a redução das desigualdades sociais a



partir da interiorização da educação superior, que contribuiria para redução das assimetrias regionais do Brasil ao oportunizar o acesso às vagas públicas de formação profissional e cidadã nos territórios interioranos do país.

Nesse bojo, discute-se que a criação das novíssimas universidades federais tem chamado a atenção pelo fato de terem inaugurado um novo *modus operandi* da implementação de políticas públicas no Brasil, onde outros atores sociais passaram a atuar, perfazendo uma lógica sociocêntrica nesse processo¹. Em razão disso, certas dinâmicas territoriais – necessidades e potencialidades, por exemplo – foram incorporadas ao desenho dessas instituições pelo fato de esses atores sociais, dada sua natureza e pertencimento ao próprio território onde cada uma foi implantada, estarem presentes no momento de sua criação (Nascimento, 2018).

Isso ajuda a ilustrar a noção que questões sociais podem ser objeto da ação pública destinada a resolver um problema considerado público, como a ausência de oferta de vagas de educação superior pelo interior do Brasil, por exemplo. Por público considera-se tudo aquilo que tem relevância e interesse social, e é adjetivo para problema por este referir-se a um “incômodo” que necessita ser resolvido dentro da esfera comunal. As políticas públicas, por conseguinte, podem ser consideradas um caminho para que isso ocorra.

Dessa maneira, os aspectos político-institucionais de montagem das novíssimas universidades federais são alocados como o cerne deste trabalho e servem como base da reflexão sobre a atualidade destas singulares instituições universitárias no atual debate do papel das políticas públicas de desenvolvimento face às imposições de reconfiguração das relações sociais pela expansão da Covid-19 (por exemplo), tal como propõe Boulosa (2013; 2019) e exemplifica Peres (2020). É este, portanto, o objeto deste ensaio.

Para chegar-se a conclusões preditivas, optou-se pela construção desta contribuição ensaística em conta de múltiplas possibilidades. Fundamenta-se a utilidade deste trabalho, inicialmente, nas indagações de Meneghetti (2009) e de Nascimento *et al* (2007), quando questionam o que são, de onde vêm e para onde vão os ensaios. A partir das citadas contribuições internacionais de Theodor Adorno, György Lukács e David Whetten e nacionais de Antonio Candido e Darcy Ribeiro para aqueles autores, entende-se que os ensaios são uma oportunidade de estudiosos exporem suas ideias, resultado de processos contínuos de desenvolvimento intelectual e reflexivo sobre determinado conhecimento. No campo da Administração, por exemplo, Meneghetti (2009, p. 15) afirma que o “ensaísta é antes de tudo um ‘experimentador’ e não um reproduzidor de conhecimentos ou reflexões presas à formalidade do método”, que possibilita a criação de “um elo entre o conhecimento existente e novo baseados na originalidade”. É este, adicionalmente, um dos intuitos deste trabalho.

¹ É preciso considerar, já neste ponto desta discussão, de que a visão sociocêntrica da criação das novíssimas universidades federais só foi possível com a utilização da metodologia de análise de políticas públicas denominada “Mirada ao Revés”, de proposição de Rosana Boulosa (Universidade de Brasília). Mais informações podem ser obtidas no texto “Mirando Ao Revés Nas Políticas Públicas: notas sobre um percurso de pesquisa”, disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572/15028>.



Convém destacar que a construção deste tipo de conhecimento afasta-se sobremaneira de qualquer potencial de superficialidade atribuída ao trabalho de um ensaísta, dada a fluidez metodológica na qual pode se abrigar. Portanto, parece sóbria a constatação de Lara e Vizeu (2019) ao compreenderem que a finalidade de um ensaio é expressar uma “interpretação verdadeira” e não a verdade absoluta. Compreende, em certa medida, a afirmação de Meneghetti (2009) de que um ensaio é o canal por onde seu autor se conecta com seu leitor, de modo que sua interpretação da verdade seja com ele comungada, e ali o conhecimento seja construído. Dessa forma,

A performance do ensaísta é metaforicamente análoga à de um artista plástico, que buscando prender a atenção da plateia com a habilidade das mãos na construção de uma imagem e de um sentido relevante para ela. (...) A experiência daquela construção está para além da apreciação da imagem final, mas na experiencição da transitoriedade da sua construção. A obra acabada jamais é o objeto representado, mas sua representação possível e transitória entre tantas outras mais completas que possam vir a serem construídas. (...) Mais do que a representação final do objeto, o que toca a comunidade é a possibilidade de construí-lo sob diferentes perspectivas, é a ambiguidade dos traços cuja interpretação nunca esgota (Lara & Vizeu, 2019, p. 11).

Portanto, estruturar um pensamento concretizado em um texto ensaístico assume a responsabilidade, neste caso, de contribuir com o conhecimento numa perspectiva social, quando interconectadas as experiências de constituição de universidades públicas. A intenção é alocar o debate tecido em torno de processos de (re)formulação institucional de unidades de ensino superior do Brasil mesmo em tempos de pandemia de Covid-19, em que aparentemente importam somente o conhecimento que abrange questões sanitárias e econômicas, quando não o é. A performance artística alegorizada por Lara e Vizeu (2019) vai no sentido de situar essas diferenciações.

Também não é intenção, neste momento, de esgotar as possibilidades de interpretação e reflexão que podem ser assumidas olhando-se para o objeto em tela, mas segue um caminho mais modesto de indicar, ainda que por um modelo artístico-ensaísta, as primeiras constatações que perfazem um percurso muito mais amplo de investigação acerca do fenômeno e do momento que criou as novíssimas universidades federais do país e como este debate permanece atual.

Para tanto, traça com brevidade o panorama de alocação da lógica que estruturou tais modelos institucionais a partir da chegada a uma situação em que à agenda desenvolvimentista foi acrescida a atuação de universidades antes de debater como é possível designar a experiência destas instituições no rol de possibilidades a um novo pacto democrático.

2 BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA À CRIAÇÃO DAS NOVÍSSIMAS FEDERAIS

O fundamento que norteia a atualidade da discussão proposta neste ensaio é o perfil de vanguarda defendido para as novíssimas universidades federais brasileiras. Assume-se que elas, para além de uma simples denominação oportuna, assumem em seus nomes os territórios onde estão inseridas não somente com o fim de geograficamente situá-las, mas sim destacar que sua



definição institucional, administrativa e pedagógica é alinhada e incorporada à trama dos diferentes atores que se dinamizam em seus próprios territórios.

Contudo, este formato de universidade pode ser situado como uma novidade na esfera estatal do país, mesmo se observada a recente história da instituição universitária brasileira. Se considerar-se que o ensino superior surgiu na Europa durante a Idade Média, distancia-se ainda mais as universidades brasileiras deste processo, mesmo quando se compara o Brasil com outros países latino-americanos. Costa (2010) recupera a trajetória dos países hispanófonos como a Argentina, que em sua história já observava sua Universidade de Córdoba em processo de modernização no séc. XVII, ao passo em que no Brasil as primeiras universidades republicanas só surgiriam nas três primeiras décadas do Séc. XX.

Grande destaque é dado à Constituição Federal de 1988, que é reconhecida por conter importantes e fundamentais avanços para a universalização de direitos e garantias fundamentais à população brasileira. Dentre eles, cumpre relevar o acesso ao ensino público e gratuito (em diferentes níveis) como o nascedouro da noção de educação como um bem público (Dias Sobrinho, 2013).

No íterim entre o surgimento das primeiras universidades republicanas e a Magna Carta de 88, Costa (2010) destaca alguns fatos importantes que contribuíram para a construção da rede pública de educação superior no Brasil. O primeiro deles se refere às sucessivas tratativas de apoio à educação para o país nas Constituições Federais de 1934 e de 1946. Nesta segunda, em especial, lançou-se as bases para a futura implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 (Costa, 2010). Em adição, merece ênfase o Plano Nacional de Educação (PNE), que receberia a previsão legal de periodicidade a cada dez anos pela Emenda nº 59 à Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional nº 59, 2009).

Na passagem do Regime Militar para os governos civis na década de 1980, Cunha (2007) afirma ter havido uma intensificação da atividade privada na oferta de vagas de ensino superior, em grande parte pelos incentivos concedidos pelo Estado brasileiro. Tal ação construiu um panorama de desigualdade entre as instituições universitárias públicas e privadas do país, de modo que se produzisse um duplo efeito: por um lado, a concebida “mercantilização da educação”, ótica de trabalho que se expandiu por todo o Brasil; e a sucessiva diminuição do investimento estatal nas universidades públicas, por outro com duplo efeito. Esse panorama está ligado aos problemas vivenciados pela universidade pública na transição do século XX para o século XXI, onde preponderou a reforma da universidade pública fundamentada em um projeto político neoliberal, ensejando inúmeros outros efeitos danosos às instituições públicas (Santos, 2011).

Admite-se que essa realidade tenha perdurado até o início dos anos 2000 (sem o prejuízo das sucessivas contribuições do Plano Nacional da Educação [PNE] e o Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE]), quando novas políticas públicas federais de fomento ao acesso ao ensino superior foram implementadas (Muhr, 2016). Dentre elas, destacam-se Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado na gestão de Fernando Henrique Cardoso – entre 1994 e 2002 –, o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ambos no governo Luís Inácio Lula



da Silva (2003-2010). Vale reafirmar que foi no bojo desta última, o Reuni, que as novíssimas universidades federais foram concebidas.

Importa mencionar que um dos principais propósitos do Reuni foi promover ações de justiça social e redução das assimetrias regionais/territoriais do Brasil, “ao lado das necessidades e vocações econômicas regionais” (Gumiero, 2019, p. 991). Para Nascimento (2018), a criação da Universidade Federal do Cariri, por exemplo, foi guiada (dentre outros motivos) pela tentativa de inserir esta instituição numa estratégia nacional de desenvolvimento para permitir, em primeiro lugar, que a população local pudesse acessar vagas de ensino superior sem se deslocar aos grandes centros urbanos. Isso se reverteria em efeitos socioeconômicos de curto, médio e longo prazo: ao permanecer em seu território de origem, os alunos da UFCA poderiam se integrar à dinâmica da Região do Cariri sem promover processos migratórios. Isso se mostrou claramente “uma quebra de paradigma, em que a educação passou a ser vista como motor do desenvolvimento nacional, contribuindo para a justiça social, ao proporcionar chances de formação universitária para segmentos fragilizados pela organização desigual e elitista do Brasil” (Andriola & Suliano, 2015, p. 286).

O efeito combinado da capilaridade e da interiorização no processo de expansão da educação profissional provocou mudanças na configuração da Rede Federal no território brasileiro, sendo determinante para a territorialização desta política educacional. A aderência territorial faz com que o conjunto das instituições da Rede potencialize suas ações no ensino, na pesquisa e na extensão, para contribuir na dinâmica das diferentes regiões brasileiras, buscando articular e integrar, em múltiplas escalas espaciais, as potencialidades locais nos territórios ainda não contemplados pelo movimento econômico dominante no país com os programas e equipamentos educacionais e produtivos (Pereira & Cruz, 2019, p. 5).

Além disso, tais universidades oportunizariam, num maior espectro, a atração de pessoas e negócios, de modo a verter ao interior do Brasil os fluxos e dinâmicas sociais e econômicas, atrelados a uma graduação relevância das questões de cunho ambiental, cultural e político-institucional. Nesse sentido, “a democratização do acesso à educação superior se expressa dentre outros nas mudanças dos indicadores sociais, como as que envolve a presença de segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira, e ampliação das taxas de escolarização nesse nível de educação” (Camargo & Araújo, 2018, p. 3). Esse seria, portanto, um efeito macro de desenvolvimento territorial.

Assim, para que o Reuni fosse viável, estabeleceu-se um processo gradual em três fases (Ministério da Educação, 2014): a interiorização, entre os anos de 2003 e 2007, quando apoiou-se financeiramente a abertura de novos cursos em *campi* avançados no interior dos estados²; a estruturação, ocorrida de 2008 a 2012, quando as universidades já existentes passaram a ter incremento financeiro em seus orçamentos, o que oportunizou a qualificação de sua estrutura física e aumento do quadro de servidores públicos a ela vinculados; e a expansão, de 2012 a 2014, quando

² Convém informar que durante esta primeira fase também foram criadas outras universidades federais, a exemplo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2006. Ainda que seu nome sugira o mesmo aspecto regionalizado que as “novíssimas”, a UFRB é considerada uma “nova” universidade federal. A distinção é feita com base na temporalidade de sua fundação.



as “novíssimas” foram efetivamente criadas sob uma proposta particular de institucionalização: a educação regionalizada.

2.1. O formato das novíssimas universidades federais

Para Nascimento (2018), a criação da Universidade Federal do Cariri é um exemplo de como é possível alinhar a expansão da educação superior com políticas públicas, tendo em vista a consecução de estratégias de desenvolvimento territorial. Tal afirmação encontra assento nos achados de sua pesquisa sobre o modo como a UFCA representou uma novidade institucional no que diz respeito à forma como a política pública que as criou e, em especial, foi capaz de incorporar questões regionais/territoriais no desenho institucional, administrativo e pedagógico da instituição.

Esse *modus operandi* pode ser considerado uma novidade pelo fato de ter oportunizado e contemplado a atuação de diferentes atores sociais que tradicionalmente não fazem parte desse processo, como membros da iniciativa privada e representantes da sociedade civil organizada. No que diz respeito à atuação das políticas públicas no Brasil, como praxe, observa-se apenas a inserção de agentes políticos e públicos com exclusividade, uma vez que ainda impera, em muitos espaços, a noção clássica de que política pública é tudo aquilo que o Estado faz e o que ele não faz, na visão de Harold Lasswell ampliada por Thomas Dye (Howlett, Ramesh & Perl, 2009).

Essa visão estadocêntrica da política pública foi ampliada e direcionada rumo a uma importante inovação da/na forma de implementação quando o Reuni alcançou sua terceira fase – a expansão. Naquela altura, fazia-se incontestável, como condição *sine qua non*, a necessidade de se regionalizar a educação, com vistas a torná-la mais atrelada aos espaços onde seria ofertada e, assim, oportunizar propostas de formação de nível superior pautadas pelas necessidades e potencialidades de cada território. Dessa maneira, estimava-se que as universidades a serem constituídas naquele momento do Reuni poderiam se integrar melhor aos seus próprios ambientes, de modo que pudessem dar respostas mais concretas já com a definição aplicada de suas propostas de formação de nível superior: ensino, pesquisa, extensão e cultura. É nesta esteira que se posicionam Baptista & Campos (2013) ao propor estratégias de convivência com o Semiárido e desenvolvimento regional: “Esta educação nós a denominamos de contextualizada, na medida em que ela parte da realidade da vida, com seus limites e potencialidades, e constrói conhecimentos para a modificação dessa mesma realidade, considerando as pessoas como produtoras de conhecimento” (Baptista & Campos, 2013, p 99).

Assim, para que tal condição fosse atendida, assentiu-se que propostas tradicionais de implementação de política pública para o Reuni não conseguiriam conduzir a criação de novas universidades federais sob a lógica da educação contextualizada. Diante dessa necessidade, a atuação sociocêntrica foi a oportuna para que tal condição fosse atendida.

O caso da UFSB, em complemento, ilustra como a perspectiva sociocêntrica de implementação de uma política pública serviu para regionalizar a educação superior no Sul da Bahia. Após a devida tramitação autorizativa de criação das novíssimas universidades federais para o Brasil no âmbito do Congresso Nacional a partir da iniciativa do Governo Federal (entre 2010 e 2012), o Ministério da Educação formalizou uma equipe de trabalho – a Comissão de Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia – para estruturar a nova instituição. Segundo as informações



do Plano Orientador da UFSB (2014), tal comissão, plural e diversificada, promoveu uma análise de contexto a partir das condições locais e demanda social à luz dos conceitos de Inteligência Coletiva, de Pierre Lévy; Ecologia dos Saberes, de Boaventura de Sousa Santos; Geografia Nova, de Milton Santos; Pedagogia da autonomia, de Paulo Freire; e Universidade Popular, de Anísio Teixeira. Esse *mix* de fontes de dados possibilitou a compreensão dos aspectos, oportunidades, fraquezas e potencialidades da região do Sul da Bahia, de maneira a montar a UFSB a partir de princípios como desenvolvimento regional e integração social (Universidade Federal do Sul da Bahia, 2014) a partir de uma “lógica de acostamento com as regiões” (Pereira & Cruz, 2019, p. 5).

Admite-se que o exemplo da UFSB é útil para ilustrar como a inclusão de diferentes atores no processo de política pública foi – e é – importante para garantir a educação contextualizada pelos seguintes motivos: a) atores locais (agentes públicos, iniciativa privada e sociedade civil) têm maior conhecimento sobre as condições de cada território; b) sua atuação no desenho da estrutura universitária, com a devida participação, pode configurar-se como o elo entre as expectativas dos habitantes e as propostas pedagógicas e administrativas em definição; e c) a progressiva pluralidade de atores nos espaços de deliberação institucional pode contribuir para a interação com a rede federal de ensino superior do país. Tudo isso foi potencializado pela realização de Fóruns Sociais da UFSB³, em que participaram representantes de diversos segmentos sociais, como quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais.

No caso da UFCA, vale ressaltar a criação de uma unidade administrativa pouco usual entre as universidades federais brasileiras: uma pró-reitoria exclusiva para a cultura – a Pró-reitoria de Cultura (Procult)⁴. Tal decisão foi tomada quando a comissão de implantação da UFCA determinou a criação de grupos de trabalho (GTs) para a concepção da nova universidade. Neles, sobressaiu a necessidade de se dar particular atenção aos aspectos culturais da região do Cariri cearense pois, para as pessoas envolvidas na estruturação da nova instituição, a cultura é uma característica muito pujante do local e merecia ter especial atenção das atividades acadêmico-administrativas da UFCA com a criação de uma pró-reitoria exclusiva⁵ (Nascimento, 2018).

O que estas duas experiências podem apontar é que determinadas peculiaridades institucionais são potencializadas quando há o compromisso e engajamento social destinados à inclusão social mesmo em atividades-meio, que não necessariamente destaquem a diversidade de pessoas apenas como destinatárias de políticas públicas, mas sim como efetivas partícipes de sua materialização. É este, portanto, um importante aprendizado institucional que as novíssimas universidades federais oportunizaram ao Estado e à sociedade brasileira, num sentido em que “há uma relação positiva entre educação e desenvolvimento, daí todo o *esforço* para a expansão do sistema de educação superior” (Mancebo, Vale & Martins, 2015, p. 47).

³ Recomenda-se a leitura do Relatório do I Fórum Social da UFSB no ano de 2015, disponível em http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Relato%CC%81rio-do-I-Fo%CC%81rum-Social-da-UFSB_Reunio%CC%83es-Preparato%CC%81rias-v.-mai-2016-1.pdf.

⁴ No âmbito da rede universitária federal brasileira, apenas a Universidade Federal de Juiz de Fora, a UFJF, possui uma Procult (ver <https://www2.ufjf.br/procult/>). Em outras instituições congêneres, é mais comum a cultura estar atrelada ao pilar da extensão, como é o caso da Universidade Federal de Lavras (UFLA), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nestas, há uma Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

⁵ Recomenda-se o acesso à página eletrônica da Procult/UFCA: <http://procult.ufca.edu.br/>.



3 COVID-19 E AS NOVÍSSIMAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO DE APRENDIZAGEM?

O debate sobre a experiência das novíssimas universidades federais brasileiras pode suscitar múltiplas abordagens a partir de diferentes “lentes” paradigmáticas de análise sociológica, antropológica, econômica, política, cultural e desenvolvimentista, dentre outras. Por ser um tema eminentemente interdisciplinar, incorpora elementos de difícil decomposição didática, de maneira a estruturar uma rica discussão acerca de sua capilaridade em processos territoriais de desenvolvimento, uma vez que é capaz de situar as universidades (públicas, em especial) como agentes integradores em redes de melhoria das dimensões da vida humana.

Contudo, merece destaque uma das principais contribuições advindas do caso de criação dessas instituições universitárias: a ação sociocêntrica na sua implementação. Como dito, a ação plural e participativa de atores sociais locais que tradicionalmente ficam à margem desses processos foi essencial para regionalizar tanto a estrutura administrativa, pedagógica e institucional dessas novas universidades, quanto o desenho de seus cursos de graduação e pós-graduação, para além das iniciativas de pesquisa, extensão e cultura. Além disso, impactou até mesmo os burocratas de médio escalão (BMEs) pois, para Novato, Najberg & Lotta (2020), o Reuni foi capaz de montar estruturas a partir da ação democrática, o que motivou uma ação mais engajada a estes servidores, ampliando a autonomia de decisão, interpretação e adaptação. Numa condição oposta, segundo esses autores, “a formulação da política pública, quando realizada de modo ‘engessado’, gera maior desmotivação” (Novato, Najberg & Lotta. 2020, p. 429).

Nesse bojo, a participação e o engajamento social, sobretudo, foram os elementos fundantes de uma novel prática que o país produziu. E, mesmo que sejam “objetos” relativamente novos (afinal, as novíssimas universidades federais têm apenas 07 anos de existência) e não tiveram tempo de produzir resultados e impactos sólidos para quaisquer tipos de análises mais profundas acerca de sua concreta implicação nas dinâmicas socioeconômicas, pode-se afirmar que todas elas são uma resposta positiva e bem-sucedida da aposta social feita para si quando foram concebidas sob os auspícios do Reuni em sua etapa final.

Portanto, parte-se dessas afirmações para se questionar: em tempos de emergência sanitária e quarentena impostas pela pandemia de Covid-19 em todo o mundo, ainda cabe à ciência e à academia dedicarem-se ao estudo sobre as novíssimas universidades federais? Dada a urgência das questões sobressalentes ao modo como o novo coronavírus têm reformatado o que se conhecia como relações humanas e sociais (notadamente no campo da política, da economia e da sociologia, por exemplo), há espaço para discutir-se uma possível relevância das novíssimas universidades federais para a própria sociedade? Este estudo defende que sim.

Para chegar até essa afirmação, parte das contribuições de Fernando Tenório (2020) e Valeria Giannella (2020), que discutem, respectivamente, a presença de uma questão social acrescida a estes tempos de emergência sanitária, e como a identificação do “comum” pode ser tratada num mundo pós-pandêmico⁶. Tenório (2020), para início de debate, traz um importante

⁶ Cumpre dizer que a escolha destes dois autores não representa a exclusão das inúmeras contribuições que têm sido feitas e publicadas em veículos jornalísticos e científicos em todo o mundo sobre o tema, mas sim apresenta uma



debate sobre aquilo que considera questão social acrescida dada a força da emergência sanitária – e suas consequências econômicas e sociais - imposta pela pandemia do SARS-CoV-2, o vírus causador da Covid-19. Para este autor, *a priori*, é facilmente diferenciável a questão social da questão sanitária em que se têm voltado aos debates em todo o mundo. Contudo, a questão sanitária, num panorama mais amplo, necessariamente é um assunto de relevância social. Nessa (improvável) dualidade, persiste a questão econômica.

O autor relembra os pilares econômicos que sustentam a sociedade moderna, especialmente com a ilustração ao trabalho seminal de Karl Polanyi⁷ em que é discutida a lógica da mercantilização da sociedade, cada vez mais imbricada pela perspectiva utilitária das relações de mercado. Nesse contexto, Tenório (2020) recupera o debate sobre a transição entre a figura de um Estado mais assistencialista e provedor – o *welfare state* – à aceitação e busca por um Estado cada vez mais enxuto e mínimo. Esta mudança, por sua vez, fez a ação estatal ser guiada rumo à sistemática da acumulação financeira num ambiente cada vez mais econômico e mercantil. Isso provocou, por conseguinte, a alteração sobre a visão do que seria a esfera pública e social, de modo que certas disfunções assumissem proeminência neste mundo moderno e em quarentena.

Para Tenório (2020), em continuidade, os efeitos de tal transição paradigmática vão além do “enxugamento” da ação estatal provedora e, num contexto de pouca ou nenhuma assistência social, deram cabimento a uma diversidade de fobias: xenofobia, homofobia, aporofobia (que é a aversão a pobres e à pobreza)⁸ e idosofobia. Isso sem contar, como evidenciado por muitos estudos e debates nacionais e internacionais, os efeitos danosos das chamadas “uberização” e “youtuberização” do trabalho e das relações de produção, que precarizaram os modos produtivos.

A solução, portanto, teria fronteiras numa nova repactuação pública e social com a democracia e com a necessidade de se recuperar a implementação de políticas públicas “que promovam o bem-estar social e a saúde pública do Brasil” (Tenório, 2020, p. 108), posta a ineficiência – ou até mesmo inexistência de objetivo – dos agentes econômicos, que se apropriaram de relevante parcela da esfera pública, na resolução desses problemas. E finaliza ao propor uma retomada de um modelo de democracia que não seja “semi” ou “quase” democrática, de modo que os diferentes atores sociais, múltiplos que sejam, possam gerir de maneira compartilhada o futuro da sociedade.

Tal saída pode ser encontrada nas contribuições de Giannella (2020), que faz um debate sobre o Comum em tempos pós-pandêmicos. Para esta autora, os mesmos problemas mundiais que Tenório (2020) trata são o ponto de partida para se questionar o modo em que a vida humana, em diferentes partes do globo, tem sido conduzida. Para além das múltiplas fobias e das disfunções da modernização das relações de trabalho, sobressaem a questões do uso exploratório da natureza, da manipulação (nano)biológica e da privatização de serviços essenciais e de grande relevância pública, como educação e saúde.

oportunidade de debate entre dois trabalhos publicados na mesma edição especial da Revista NAU Social, disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/issue/view/2003>.

⁷ No livro “A grande transformação: as origens da nossa época”, Editora Campus, 2000.

⁸ Numa alusão ao trabalho de Adela Cortina: Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia (2017).



Para Giannella (2020), uma provável saída – e por que não pensar num novo acordo democrático – estaria sendo estacionado na discussão do que é o Comum. Para a autora, estaria no âmbito do comum tudo aquilo que é de interesse amplo, mas desemboca também em si a possibilidade da ação orientada ao bem comum e que possui alta capacidade de interconexão entre os elementos do mundo natural e do mundo humano.

Portanto, ao falar de Comum, apontamos objetos materiais e imateriais: o ar, o solo, os oceanos, o próprio planeta... mas também, a cultura, o conhecimento humano, as artes. Cada um desses “objetos” (se é que eles possam ser considerados meros objetos), só se torna Comum dependendo da lógica a partir da qual ele for governado, gerido, usado. Essa lógica, longe de ser exclusivamente técnica, é permeada pela interconexão de dimensões múltiplas: pelos vínculos identitários e afetivos entre as pessoas e os recursos, pelas regras culturais, pela história, pelos saberes locais construídos ao longo dessa história... (Giannella, 2020, p. 97).

Dessa forma, oportuniza-se a discussão sobre o que se pode considerar Comum, tendo em vista a aderência de elementos que usualmente não é feita, muito provavelmente pelos fatos já apresentados por Tenório (2020), num movimento em que é possível identificar possibilidades de se reconduzir a sociedade a uma nova lógica de relação entre si e com o mundo. É por isso que Giannella (2020) defende dever haver interdependência e interconexão entre pessoas e os ambientes com os quais elas se relacionam na definição do que seria próprio do Comum:

Interdependência entre os membros da comunidade (pois, cada um precisa dos demais), e entre ela e o ecossistema em que se encontra, pois cada comunidade é entramada por identidades, significados, tensionamentos, afetos, não apenas internos, mas com o entorno, do qual ela depende e que contribui a preservar e moldar. A separação drástica entre cultura e natureza, criada e reforçada pela ciência ao longo da modernidade, deixa de fazer sentido. O Comum desorganiza as tradicionais dicotomias não apenas na teoria, mas a partir das práticas, construindo verdadeiros laboratórios de outras possibilidades de conviver, em sociedade e com a natureza (Giannella, 2020, p. 98).

A partir de tais considerações, é possível indagar: onde repousam as contribuições da experiência de criação das novíssimas universidades federais brasileiras, nesta necessidade planetária de se reconstruir a esfera pública, a partir das possibilidades dadas por uma definição moderna (ou pós-pandêmica) do pertence ao Comum? A resposta vai ao encontro de uma das condições fundamentais para que essas instituições pudessem ser, de fato, regionalizadas: o amálgama entre participação e engajamento dos agentes que atuaram na implementação do Reuni nesse processo.

A participação, neste caso e conforme se insiste, é ilustrada na ação sociocêntrica de diversos atores na criação da UFCA e da UFSB, por exemplo, e vai à diversidade e pluralidade de indivíduos nessa composição. Tanto no Ceará quanto na Bahia, diferentes setores foram instados a atuarem e imprimirem seus desejos e interesses durante a formatação das novas instituições universitárias de seus territórios, ainda que seja admitido que mais ou menos algum grupo (agentes públicos, agentes políticos, sociedade civil e iniciativa privada) tenha impresso essas suas vontades no desenho final de cada instituição.

No caso da UFCA, em particular, a atuação desses múltiplos atores foi sentida na composição de grupos de trabalho (GTs) que realizaram a montagem da nova universidade. Segundo Nascimento (2018), chama a atenção o fato de que houve maior diversidade em GTs ligados a temas como assuntos acadêmicos e de assistência estudantil, com clara relevância pedagógica, e menor atuação nos GTs que discutiram os aspectos delimitados à Tecnologia da Informação (TI), por exemplo, com forte necessidade de conhecimento técnico (muito específico a profissionais da área). Mas, de qualquer maneira, houve participação e ela foi preponderante para dotar a instituição de aspectos regionais muito presentes como a Pró-reitoria de Cultura da UFCA.

O segundo elemento – o engajamento – transpareceu em dois momentos quando se lança luz ao processo de estruturação da UFCA e da UFSB: a inserção dos atores no processo da política pública que criou as instituições e a sua manutenção nos espaços de debate e deliberação que cada universidade montou (os GTs da UFCA e os fóruns sociais da UFSB). Ainda que seja um conceito que facilmente possa se confundir com participação, toma-se como base a discussão sobre o Comum proposta por Giannella (2020) para admitir que engajamento possa transitar entre um novo compromisso humano para uma relação dialógica com o seu meio ambiente – ou ecossistema, nas palavras da autora – e entre a permanência dessas mesmas pessoas, que passam a produzir um conhecimento comungado com os demais indivíduos sobre a necessidade de se ocupar tais espaços de construção social, afinal mesmo que exista a chance de participação, não necessariamente ela irá ocorrer⁹.

Arruda & Gomes (2015, p. 559), já argumentavam que “em uma sociedade com alto grau de desigualdade social, econômica e cultural como a brasileira, a democratização da educação superior não pode ser pensada como política pontual”. Dessa forma, a potencial condição de atuação positiva das instituições públicas de ensino superior é dada quando se atesta sua perenidade na sociedade a partir do *locus* identificado por estes autores. Portanto, o que se defende é que a experiência das novíssimas universidades federais, fortemente concebidas a partir da lógica integradora da participação e do engajamento, inspira como é possível concretizar cidadania plena e engajamento na vida baseada no Comum. Ou seja: o argumento central aqui dedicado é que para promover-se desenvolvimento, faz-se necessário reconhecer e ancorar a atuação multicêntrica e plural de atores (e atrizes, por que não dizer?!) sociais nesses espaços que se sugere reconduzir à esfera do público e do comum. O formato das novíssimas universidades federais dá indícios não de instrumentos gerenciais, mas de formatos modernos e atentos a essa urgente necessidade de se conduzir o próprio comum.

4 MIRANDO AS CONTRIBUIÇÕES

Este ensaio tem como objetivo ilustrar como a experiência da criação das novíssimas universidades federais brasileiras pode ser um caminho para se concretizar ações de participação e engajamento social como repostas às novas necessidades de se tratar o Comum em espaços democráticos pertencentes à esfera pública. Parte das contribuições de autores como Tenório

⁹ Dado um conjunto de condicionantes que não irão ser discutidos em profundidade neste texto, mas que sucintamente podem ser compreendidos como baixa percepção do que representa a noção de Comum que Giannella (2020) traz em tela.



(2020) e Giannella (2020) para encontrar um ponto em que é possível identificar a pertinência de estudos sobre o fenômeno das novíssimas universidades federais do Brasil em tempos de emergência sanitária e quarentena em razão da pandemia de Covid-19. A experiência de Peres (2020) comprova e atesta tanto a chance quanto a real possibilidade de se assumir um novo lugar para a vista e para a análise de problemas sociais pela proposta de Boullosa (2013; 2019) de seguir “de trás para frente”. Nesse bojo, tanto o Hip Hop quanto as novíssimas universidades federais podem ser interessantes pontos de partida ao expressar as vantagens da atuação multifatorial e sociocêntrica em processos concretos de política pública.

O que aparentemente pode não representar nenhuma novidade em termos de institucionalidade na implementação de uma política pública no país, o caso das novíssimas universidades federais apresenta-se como uma inovação nesse processo. Isso porque, em relação à tradicional maneira de se considerar a política pública pela visão estadocêntrica ainda dominante, a participação de diversos e plurais atores sociais na constituição da UFCA, UFSB, UFOB e Unifesspa oportunizou que a educação, nessas instituições, fosse regionalizada. Além disso, entende-se que essas universidades viabilizadas pelo Reuni possuem alto poder de incorporação da identidade territorial (Lima & Silva, 2020) dada a chance de “nascer” já integrada a ele.

Essa regionalização do ensino superior, por sua vez, só foi possível porque esses atores que participaram da implementação de cada universidade imprimiram em suas estruturas pedagógica, institucional e administrativa as necessidades e potencialidades de cada território que recepcionou tais instituições¹⁰. Essa é a lógica que Baptista & Campos (2013) defendem ao argumentar que a educação regionalizada pode ser uma útil ferramenta de apoio à convivência com o Semiárido, sustentabilidade e desenvolvimento. Dessa maneira, as universidades são “do Cariri” ou “do Oeste da Bahia”, por exemplo, não somente por estarem presentes nestes espaços, mas sim por terem assumido o compromisso com as questões regionais em suas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura. “No Brasil, o fortalecimento da relação entre educação e desenvolvimento tem que enfrentar questões decorrentes das assimetrias estruturais no padrão territorial” (Pereira & Cruz, 2019, p. 5).

Assim, por mais que sejam possíveis quaisquer indagações acerca dos resultados e impactos que tais universidades possam negativamente observar, é fato que representam, fora de toda suspeita, uma clara efetivação positiva da *confidence* (ou confiança) (Laniado, 2008) em uma aposta de toda a sociedade brasileira de que essas novíssimas universidades federais figurariam como estratégias de desenvolvimento territorial de longo prazo. Afinal, formação de nível superior é uma ação de transformação social que demanda tempo para promover justiça e redução de assimetrias regionais, por exemplo.

Diante das provocações de Tenório (2020) e Giannella (2020), o caso das novíssimas universidades federais demonstra ser um relevante laboratório para se ilustrar formas concretas e reais de instrumentalização da ação rumo a um novo pacto democrático, em que a participação e o engajamento possam oportunizar espaços mais amplos para a discussão e efetivação da lógica do

¹⁰ A UFCA tem como princípios (dentre outros), que guiam o desenvolvimento e a organização de suas atividades, o “equilíbrio no tratamento das dimensões regional e universal” e a “promoção contínua da inserção da Universidade na sociedade” (Universidade Federal do Cariri, 2017).



Comum pautado na íntima relação entre os seres humanos, si mesmos e seus ecossistemas. Mais que uma proposta de ações concretas, o caso das novíssimas universidades federais pode ser também a chance de se assumir, indubitavelmente, que é possível assumir diferentes palcos de mirada dos problemas e das políticas públicas, num movimento em que se aumenta e se acrescentam opções de análise, de sentimentos, de experimentações e de relação com este campo.

Trata-se, em grande medida, de um compromisso ético-político, que atravessa nossas pesquisas e que determina nossa postura deontológica. Afinal, somos pesquisadoras(or) situadas(o) no sul do mundo, brasileiras(o), comprometidas(o) com a intensificação de uma democracia que ainda é de baixa intensidade e com o reconhecimento das múltiplas identidades e dos múltiplos pertencimentos que, simultaneamente, nos singularizam e nos fragmentam (Peres, 2020, p. 55).

E, a partir desse reconhecimento e dessa implicação de pesquisa, que atesta a utilidade do traço reflexivo ante ao puramente aplicado (Boullosa, 2019), é que se conclui este ensaio. Cabe aqui, então, afirmar que não possui caráter finalístico, mas provocativo: teriam as novíssimas universidades federais contribuições a dar ao momento e contexto atual de um mundo pandêmico – ou beirando o pós-pandemia (Giannella, 2020) – a partir de seus aprendizados de criação? Se alocarmos o conceito de protopia¹¹ de Almeida Filho & Souza (2020) a uma próxima discussão sobre o lugar das novíssimas universidades federais em dinâmicas territoriais, teremos um fértil campo de pesquisa implicada no seio da abordagem sociocêntrica das políticas públicas de desenvolvimento, em que prepondera a atuação diversa e plural de atores nesses processos. Restaria a elas, as universidades, por fim, assumirem ainda mais um papel importante nas agendas de pesquisa e de ação pública.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são feitos à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI/UFGA) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo apoio institucional e financeiro.

6 REFERÊNCIAS

Almeida Filho, N. & Souza, Souza, L. E. (2020). Uma protopia para a universidade brasileira. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(105). Recuperado de <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5525>.

Andriola, W. B. & Suliano, D. C. (2015). Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 96(243), 282-298. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>.

¹¹ Segundo os autores, “indica um movimento proativo para execução de alguma proposta de transformação de uma dada realidade; refere-se a projetos viáveis de realização de um ideal” (Almeida Filho & Souza, 2020, p. 3).



- Arruda, A. L. B. & Gomes, A. M. (2015). Democratização da educação superior: Um estudo sobre a política REUNI. *Currículo sem Fronteiras*, 15 (2), 543-561. Recuperado de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/arruda-gomes.pdf>.
- Baptista, N. Q. & Campos, C. H. (2013). Educação contextualizada para a convivência com o semiárido. In Conti, I. C. & Schroeder, E. O. (Orgs.), *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. 232 p. 99-112. Brasília/DF: Editora IABS.
- Boullosa, R. F. (2013). Mirando ao Revés nas Políticas Públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. *Pensamento & Realidade*, 28 (3), 67-84. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572/15028>.
- Boullosa, R. F. (2019). Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. *Publicações da Escola da AGU, série especial*. 89-105.
- Camargo, A. M. M. & Araújo, I. M. (2018). Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. *Acta Scientiarum*, v. 40(1). Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37659/21759>.
- Costa, P. L. S. (2010). *As Bases Espaciais da Solidariedade e as Dinâmicas da Interiorização do Ensino Superior Público Estadual na Bahia: O processo de criação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.
- Cunha, L. A. (2007). O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. *Educação & Sociedade*, 28 (100), 809-829. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300009>.
- Dias Sobrinho, J. (2013). Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 18 (1), 107-126. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007>.
- Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm.
- Gragani, J. (2020, julho 12). Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. *BBC Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>.



- Giannella, V. (2020). O comum e a gestão social do pós-pandemia. *Revista NAU Social*, 11 (20), 91-99. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.9771/ns.v11i20.36549>.
- Gumiero, R. G. (2019). Avaliação da Expansão do REUNI UFGD no Mato Grosso do Sul. *Interações (Campo Grande)*, 20(4), 989-1003. Recuperado de <https://doi.org/10.20435/inter.v20i4.2028>.
- Hartmann, M. (2020, julho 24). O coronavírus e a desigualdade: como e por que a covid-19 se torna mais letal nas áreas de periferia. *GZH Saúde*. Recuperado de <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/07/o-coronavirus-e-a-desigualdade-como-e-por-que-a-covid-19-se-torna-mais-letal-nas-areas-de-periferia-ckd0ixqgg001l0147grjxxmge.html>.
- Howlett, M.; Ramesh, M. & Perl, A. (2009). *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*. 3. ed. Oxford University Press.
- Laniado, R. (2008). As Fronteiras da política democrática: a justiça social e as diferentes escalas da ação coletiva participativa. In Martins, P. H.; Matos, A. & Fontes, B. (Orgs.). *Limites da Democracia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Lara, L. G. A. de & Vizeu, F. (2019). *(Re)Pensando o “ensaio como forma” no campo de estudos organizacionais*. Anais do XLIII Encontro da ANPAD (EnANPAD).
- Lima, M. S. O. & Silva, R. D. (2020). A UFRRJ como identidade territorial: a espacialidade e a territorialidade afetiva da instituição. *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, 2 (2), 43-48. Recuperado de <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/download/3267/2147>
- Mancebo, D., Vale, A. A. & Martins, T. B. (2015). Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, 20(60), 31-50. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>.
- Meneghetti, F. K. (2009). *O que é um Ensaio-Teórico?* Anais do II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.
- Ministério da Educação - MEC. (2014). *A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192.
- Muhr, T. (2016). Equity of access to higher education in the context of South-South cooperation in Latin America: a pluri-scalar analysis. *Higher Education*. 72 (4). 557–571. Recuperado de <http://dx.doi-org.ez98.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10734-016-0017-9>.
- Nascimento, I. R. T. (2018). *A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: O caso da Universidade Federal do Cariri*. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Brasil.



- Nascimento, M. R. do; Feitosa, E. S.; Marcon, R.; Verdu, F. C. & Bandeira-de-Mello, R. (2007). *Ensaio Teóricos: De onde Vêm e para Onde Vão?* Anais do I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.
- Novato, V. O. L., Najberg, E. & Lotta, G. S. (2020). O burocrata de médio escalão na implementação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 54(3), 416-432, Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0034-761220190228>.
- Pereira, L. A. C. & Cruz, J. L. V. (2019). Os institutos federais e o desenvolvimento regional: interface possível. *Holos*. 35 (4). Recuperado de <https://doi.org/10.15628/holos.2019.7992>.
- Peres, J. L. P. (2020). *Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF* (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCO, Universidade de Brasília (UnB), 251f.
- Santos, B. S. (2011) *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- Tenório, F. G. (2020). A Questão Social Acrescida. *Revista NAU Social*, 11 (20), 105-109. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.9771/ns.v11i20.36634>.
- Universidade Federal do Sul da Bahia. (2014). *Plano Orientador*. Recuperado de <https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>
- Universidade Federal do Cariri. (2017). *Estatuto da Universidade Federal do Cariri*. Recuperado de <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/09/Estatuto-UFCA-2019.pdf>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Nascimento, I. R. T. do, Santos, C. L. Dos. (2022). Covid-19 e o caso das novíssimas Universidades Federais: há uma possível relação de aprendizagem à democracia e ao comum?. *HOLOS*, 2, 1-18. Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11560>.

SOBRE OS AUTORES

I. R. T. DO NASCIMENTO

Doutor em Administração Pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFCA). Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI/Funcap/CE). E-mail: ives.tavares@ufca.edu.br
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3314-6618>

C. L. DOS SANTOS

Graduanda em Administração Pública e Gestão Social pela da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Membro



do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS). Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: limacinthia89@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9154-0525>

Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: Adriana Aparecida Souza e Antônio Marcos Uchoa



Recebido 20 de novembro de 2020

Aceito: 13 de outubro de 2021

Publicado: 11 de julho de 2022

